

JUSTIFICATIVA – ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 144/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para a gestão da infraestrutura de informática (Centro de Processamento de Dados) e para suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses.

I – JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa visa à anulação do Pregão Eletrônico n.º 060/2025, Processo Administrativo n.º 144/2025, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a gestão da infraestrutura de informática (Centro de Processamento de Dados) e para suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses.

Conforme podemos auferir, a redação do instrumento convocatório, apresenta a solicitação de comprovação de qualificação técnica, de forma genérica, sem indicar os serviços relevantes que deveriam ser comprovados pela empresa licitante, como também não apresentou a solicitação de comprovação de quantidades mínimas dos serviços executados previamente.

A legislação, permite que em relação aos itens considerados relevantes, sendo eles os que possuem relevância técnica, ou que possuam expressividade maior que 4% do objeto, sejam solicitados atestados que comprovem a execução de quantitativos mínimos, até o limite de 50%.

No caso em tela, temos que, a parte mais relevante do objeto é a gestão de infraestrutura de informática e suporte técnico, dos computadores utilizados pelo município, que conforme os registros patrimoniais, encontra-se na quantidade aproximada de 350 máquinas.

Sendo assim, exigir uma comprovação genérica, sem que se comprove de forma efetiva, o porte operacional da licitante, para suporte técnico nos equipamentos do município, pode ocasionar prejuízos inimagináveis, com longas demoras no suporte e não atendimento em tempo hábil das demandas, visto que, conforme a exigência do edital, bastava que a empresa comprovasse suporte em apenas um equipamento que estaria habilitada.

Dessa forma, temos que a exigência editalícia, não se mostra compatível, com a legislação aplicada ao tema, visto que se apresenta de forma genérica, sem solicitar comprovação de forma genérica, sem solicitar comprovação de forma efetiva e inequívoca, do item mais relevante no certame, e impossibilitando a análise de serviços de complexidades similar aos licitados.

Posto isto, o vício dantes apontado, não se mostra passível de saneamento, no momento em que o processo se encontra, não existindo outra alternativa a não ser a anulação do certame em tela, para correção das ilegalidades apontadas e realização de nova licitação.

Acerca do contraditório e ampla defesa, imperioso aventar que, o certame não foi adjudicado e homologado, não gerando direito ou expectativa de direito à contratação, para nenhuma das empresas participantes no certame, motivo este que não se faz necessária a intimação das empresas participantes, para manifestação acerca da intenção Administrativa de anular a licitação.

Considerando os fatos narrados, insta esclarecer que tanto a anulação quanto a revogação produzem faticamente o desfazimento da licitação, diferem, todavia, em seus antecedentes. A anulação, como bem apontado por Marçal Justen Filho, corresponde ao reconhecimento pela própria Administração do vício do ato administrativo, desfazendo-o se não estiverem presentes os pressupostos para a sua preservação – ainda que seja admissível a manutenção total ou parcial, definitiva ou temporária, de seus efeitos.

Já a revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação das funções atribuídas ao Estado. Em regra, a revogação opera com efeitos *ex nunc*, ou seja, a partir da decisão revocatória, já que o ato extinto era eficaz e válido. A anulação é aplicada diante da constatação de vício que macula a legalidade do ato, ocorrendo por prática administrativa afrontosa aos princípios e normas.

A Lei n.º 14.133/2021 prevê em seu art. 71, inciso III, que a autoridade competente para a aprovação do procedimento poderá anular a licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que existir ilegalidade insanável.

No mesmo sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme Súmulas 473¹ e 346². Assim, da leitura dos dispositivos supra, tem-se que, no exercício de sua competência, a Administração Pública poderá desfazer seu ato anterior, por reputá-lo inconsistente ou eivado de vícios que o torne ilegal, conforme já constatado e justificado anteriormente.

Ademais, importante salientar que a jurisprudência é pacífica ao admitir a possibilidade de anulação da licitação pela Administração, como demonstram os Acórdãos n.º 2993/2.009 e n.º 1474/2.008 do Tribunal de Contas da União. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, destaca o dever da Administração de anular atos ilegais para preservar o princípio da legalidade.

Declarado a nulidade, os efeitos serão considerados *ex tunc*, retroagindo as origens, desconstituindo todas as consequências geradas, pois se este não era legal, não produziu consequências jurídicas válidas. Na seara legal, temos que a imprecisão na descrição dos itens poderia tanto restringir a competição, como prejudicar a busca pela proposta mais vantajosa.

Se no caso em apreço a administração prosseguisse com a contratação, certamente estaria ferindo os princípios que a norteiam, visto que poderia dar aso a compras ineficientes e que não atendam da melhor forma a necessidade do município.

Ademais, pelo princípio do interesse público e sua supremacia, a administração deve se ater àquilo que atinja o bem maior, impondo sempre sobre o particular a vontade pública, mas não só isso, a administração deve também entender quais são as necessidades dos populares, e buscar de maneira satisfatória atendê-las. Atendendo à tais princípios, e entre outros, a administração deve se organizar a agir com responsabilidade, trazendo soluções efetivas e menos onerosas para as demandas públicas.

II – CONCLUSÃO:

¹ A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

² A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



Por tais expostos, pedimos pela **ANULAÇÃO** do Processo Administrativo n.º 144/2025, Pregão Eletrônico n.º 060/2025, com vistas a garantir efetividade aos princípios Administrativos, com fulcro no artigo 71, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021.

Encaminha-se os autos do pedido para análise da Procuradoria Jurídica e posterior encaminhamento à sabia decisão do Excelentíssimo Prefeito.

Porto Murtinho - MS, 04 de dezembro de 2025.

Isabel Froés Ponce
Secretária Municipal de Administração

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 144/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a gestão da infraestrutura de informática (Centro de Processamento de Dados) e para suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses.

Os autos do procedimento licitatório em epígrafe foram encaminhados a esta Procuradoria Jurídica para análise da possibilidade de anulação, em razão da necessidade de alteração dos descritivos dos itens a serem licitados.

A Administração Pública, em sua atuação, deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preceitua o art. 37, *caput*³, da Constituição Federal. De outro lado, a Lei n.º 14.133/2021, em seu art. 71, inciso III⁴, prevê a possibilidade de anulação da licitação pela Administração Pública, de ofício ou por provocação de terceiros, quando presente ilegalidade insanável.

Conforme podemos auferir, a redação do instrumento convocatório, apresenta a solicitação de comprovação de qualificação técnica, de forma genérica, sem indicar os serviços relevantes que deveriam ser comprovados pela empresa licitante, como também não apresentou a solicitação de comprovação de quantidades mínimas dos serviços executados previamente.

A legislação, permite que em relação aos itens considerados relevantes, sendo eles os que possuem relevância técnica, ou que possuam expressividade maior que 4% do objeto, sejam solicitados atestados que comprovem a execução de quantitativos mínimos, até o limite de 50%.

No caso em tela, temos que, a parte mais relevante do objeto é a gestão de infraestrutura de informática e suporte técnico, dos computadores utilizados pelo município, que conforme os registros patrimoniais, encontra-se na quantidade aproximada de 350 máquinas.

³ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].

⁴ Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; [...]

Sendo assim, exigir uma comprovação genérica, sem que se comprove de forma efetiva, o porte operacional da licitante, para suporte técnico nos equipamentos do município, pode ocasionar prejuízos inimagináveis, com longas demoras no suporte e não atendimento em tempo hábil das demandas, visto que, conforme a exigência do edital, bastava que a empresa comprovasse suporte em apenas um equipamento que estaria habilitada.

Dessa forma, temos que a exigência editalícia, não se mostra compatível, com a legislação aplicada ao tema, visto que se apresenta de forma genérica, sem solicitar comprovação de forma genérica, sem solicitar comprovação de forma efetiva e inequívoca, do item mais relevante no certame, e impossibilitando a análise de serviços de complexidades similar aos licitados.

Posto isto, o vício dantes apontado, não se mostra passível de saneamento, no momento em que o processo se encontra, não existindo outra alternativa a não ser a anulação do certame em tela, para correção das ilegalidades apontadas e realização de nova licitação.

Acerca do contraditório e ampla defesa, imperioso aventar que, o certame não foi adjudicado e homologado, não gerando direito ou expectativa de direito à contratação, para nenhuma das empresas participantes no certame, motivo este que não se faz necessária a intimação das empresas participantes, para manifestação acerca da intenção Administrativa de anular a licitação.

Seja respeitada a previsão legal do art. 165, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133/21, uma vez que, dos atos da Administração cabem recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de anulação ou revogação da licitação.

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica opina pela anulação do Pregão Eletrônico n.º 060/2025, com fulcro no art. 71, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021, em razão da necessidade de adequação do objeto, que poderia comprometer a legalidade e a competitividade do certame.

Os autos do processo devem ser encaminhados ao Excelentíssimo Prefeito para análise e deliberação.

É o parecer, s.m.j.

Porto Murtinho - MS, 04 de dezembro de 2025.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



BETHÂNIA DO PRADO FERREIRA FIGUEREDO MICHELON

Procuradora Jurídica
OAB/MS 23.426

AUTORIZAÇÃO PARA ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 144/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a gestão da infraestrutura de informática (Centro de Processamento de Dados) e para suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses.

Eu, **Nelson Cintra Ribeiro**, Prefeito de Porto Murtinho, no uso dos poderes a mim investidos, em atendimento ao disposto no *caput*, do artigo 71, inciso III, da Lei n.º 14.133/2.021, **AUTORIZO** o presente ato de **ANULAÇÃO** do Processo Administrativo n.º 144/2025, Pregão Eletrônico n.º 060/2025, por atos de ilegalidade decorrente de justificativa. Que esta anulação seja devidamente publicada, para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Porto Murtinho - MS, 04 de dezembro de 2025.

Nelson Cintra Ribeiro
Prefeito de Porto Murtinho - MS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO - MS

TERMO DE ANULAÇÃO

ANULO com fundamento no inciso III, do art. 71 da Lei n.º 14.133/2021 o Processo Administrativo n.º 144/2025 – Pregão Eletrônico n.º 060/2025 por atos que necessitam ser adequados, conforme a justificativa apresentada.

A administração deverá dar publicidade ao presente termo de anulação.

Porto Murtinho – MS, 04 de dezembro de 2025.

Nelson Cintra Ribeiro
Prefeito de Porto Murtinho - MS